Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Entidade: Prefeitura Municipal - Consolidado
Exercício de 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Prefeitura de União do Oeste – SC, é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.505.591/0001-46, com sede administrativa localizada à Avenida São Luiz, 531, Centro, Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela Lei Municipal nº. 1097, de 17 de novembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual).

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema SAPO-Contabilidade, da Empresa Betha Sistemas e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e seus respectivos Fundos; e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipa,l e referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
Os resultados do exercício de 2018 estão evidenciados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, cujo rol é composto por:
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, foram elaboradas de acordo com os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e as práticas contábeis emanadas pela Lei nº 4.320/1964. Foram observadas as normas, instruções e procedimentos contábeis atinentes ao atual processo gradual de transição, em virtude da convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública e conforme as exigências da Lei 4.320/64.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento consolidado do Município de União do Oeste, para o exercício de 2018, instituído por meio da Lei Municipal nº 1097, de 17 de novembro de 2017, que estimou a receita e fixou a despesa em R$ 14.414.000,00. O referido Orçamento compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta.

3.1 – Execução Orçamentária

3.1.1 – Execução Orçamentária da Receita:

Os registros de classificação da receita tributária, são gerenciados por meio do Sistema de Administração Tributária Beta Tributos, integrando ao sistema de contabilidade e tesouraria. A integração entre os sistemas é realizada diariamente.

As receitas de transferências legais recebidas são lançadas pela tesouraria do município diariamente conforme suas entradas em contas banco, e seus registros são efetuados em sistema próprio de contabilidade e tesouraria.

Importante salientar que foi apurado divergências entre o sistema tributário e o sistema de contabilidade, especialmente relativo a dívida ativa municipal. Valor da divergência de dívida ativa apurado se refere ao valor registrado na contabilidade R$ 334.129,22 e na Tesouraria R$ 306.614,23, divergência que será atualizada/corrigido no exercício seguinte, após levantamentos mais apurado para diagnosticar o fato causador do ocorrido e fazer o referido ajuste de lançamento da melhor forma possível.

A parcela da dívida ativa a ser apropriada do longo prazo para o curto prazo será lançada para sua cobrança no início do exercício subsequente de acordo com projeções de arrecadações a serem efetuadas antes do lançamento.

A previsão inicial da Receita consolidada em 2018 foi de R$ 14.414.000,00, dos quais foram arrecadados R$ 15.685.942,19 o que representou 108,82% da receita orçada, isto é, 8,82% a maior que o previsto.

As Receitas Correntes corresponderam a 95,49% da arrecadação total, somando R$ 14.977.960,30. Basicamente a principal fonte de recursos são as Transferências Correntes que totalizaram R$ 13.917.522,18, ou seja, analisando estas receitas chegamos ao percentual de 88,73% da Receita total arrecadada.

As Receitas de Capital, por sua vez, totalizaram R$ 707.981,89, representando um percentual de 4,51% do total arrecadado, essa receita é decorrente de transferências da União no valor de R$ 445.061,36 e R$ Transferência do Estado no valor de R$ 203.650,53, também se obteve um valor de 59.270,00 relativo a alienação de bens ou venda de imobilizado.

3.1.2 - Dos créditos adicionais

O total dos créditos adicionais especiais e suplementares por conta do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior, perfizeram o valor de R$ 6.724.366,74, distribuídos conforme sua origem a seguir.

3.1.2.1 - Dos créditos adicionais suplementares:

Durante o Exercício, foram abertos os créditos adicionais suplementares com a utilização do superávit financeiro do exercício anterior (2017) no valor de R$ 2.304.217,49 e o valor de R$ 3.365.818,90 relativo a excesso de arrecadação por conta de convênios e transferências intergovernamentais e operações de créditos. Estes valores somam um total de R$ 5.670.036,39, os quais alteram (aumentam) o valor inicial do orçamento

O valor de R$ 1.054.330,35, foram créditos adicionais por anulação de dotação, expedidos através de decreto do Executivo para readequar algumas despesas dentro de seus respectivos projetos atividades, e não alteram o valor total inicial do orçamento.

3.1.2.2 - Dos créditos adicionais especiais:

Também foram abertos créditos adicionais especiais por meio de lei específica o valor total de R$ 60.000,00 referente a criação de rubrica específica condicionada a valor constante ou ingressado anteriormente no orçamento e que se fazia vigente para 2018.

3.1.3 - Execução Orçamentária da Despesa:

Os registros de classificação da despesa foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 7ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

O total da despesa consolidada empenhada no exercício de 2018 foi de R$ 15.744.723.01, dos quais, foram liquidados (despesas realizadas) R$ 15.293.155,22 e pagos o valor de R$ 15.281.907,07.

Das despesas empenhadas, o valor de R$ de R$ 14.008.497,58 se refere a despesas correntes, despesas estas atreladas ao custeio das atividades do município, para funcionamento e atendimentos geral dos programas desenvolvidos, e o valor de R$ 1.736.225,43 se refere a despesas para investimento o que resultou ou resultará em produção ou aquisição de bens públicos equivalente a bens imóveis (edificações, ruas, passeios, etc.) e aquisição de bens móveis (mobiliário, veículos, equipamentos de informática, etc.).

3.1.4 – Resultado Orçamentário

A confrontação entre a Receita arrecadada (R$ 15.685.942,19) e a Despesa empenhada (R$ 15.744.723,01) apresentou no exercício de 2018 uma diferença de R$ 58.780,82 empenhado a maior, sendo que a diferença foi suprida com o superávit do exercício anterior e o excesso de arrecadação em fontes específicas.

3.1.5 – Restos a Pagar

Em 01/01/2018 existia um saldo de restos a pagar de exercícios anteriores de R$ 37.873,48, sendo que os mesmos foram anulados devido a sua cobrança se dar através e precatórios e outras despesa por não apresentar comprovação efetiva de sua efetivação em tempo hábil de mais de 5 anos e não haver nem um questionamento judicial. Quanto as despesas inscritas em

31 de dezembro do ano anterior no valor de R$ 43.195,28, tiveram seu pagamento parcial de 32.980,98, sendo que o valor residual foi anulado devido a empenhos que ficaram em duplicidade e despesas que não tiveram sua liquidação (não se realizaram na sua forma total ou parcial).

4 – BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro do Município de União do Oeste evidencia os valores dos ingressos orçamentários e extra orçamentários em confrontação com os desembolsos orçamentários e extra orçamentários, classificados em recursos ordinários e vinculados, apresentando os saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

No exercício de 2018 o Balanço Financeiro Consolidado apresentou a seguinte composição:

4.1 A Receita Orçamentária totalizou R$ 15.685.942,19, desse total a Receita Ordinária somou R$ 12.322.277,94 enquanto que a receita vinculada perfez o montante de R$ 3.363.664,25.

4.2 A Despesa Orçamentária apresentou o total de R$ 15.744.723,01, desse total o valor de R$ 12.629.881,52 refere-se a recursos livres e R$ 3.114.841,49 a recursos vinculados.

4.3 Da apuração do resultado por Fonte de Recurso:

Abaixo o quadro demonstrando as disponibilidades financeiras por vinculação em conta bancária:

RESUMO - Apuração Resultado Por D.F.R				
Recurso	Saldo Financeiro	DDO	Restos a pagar	Apuração de saldo
Próprio	1.593.790,81	10.719,44	192.964,94	1.384.106,43
Vinculados	1.442.185,11	-	263.851,00	1.178.334,11
TOTAL	**3.035.975,92**	**10.719,44**	**462.815,94**	**2.562.440,54**

O saldo da disponibilidade financeira apresentada pelo Balanço Financeiro em 31/12/2018 foi de R$ 3.035.975,92 sendo incluso neste valor R$ 1.442.185,11 referente a depósito de recursos vinculados (atrelados a programas específicos com aplicação pré-estabelecida) e R$ 1.442.185,11 referente a recursos próprios de livre aplicação.
Em relação ao Exercício anterior, houve um decréscimo financeiro de 3,02%.

Vale detalhar em específico o processo de transferência de receita indevida da conta Fundeb, que foi percebida na conferência de contas e não se teve tempo hábil para corrigir dentro o

9

exercício corrente, relativo ao valor de R$ 8.835,85, a qual ficou em conciliação e foi transferida para conta do Fundeb (conta que deveria conter este valor) em 10/01/2019, mas que deverá integrar o superávit dos recursos do Fundeb no exercício subsequente (2019), para não interferir nos resultados futuros. O procedimento foi levado ao conhecimento do Conselho Municipal do Fundeb, com as devidas considerações detalhadas em planilha própria, sendo que o mesmo tomou conhecimento e aprovou através de parecer escrito a correta aplicação dos recursos.

5 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial (BP) anexo 14, demonstram os lançamentos realizados nos grupos 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) e visam expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos a disposição das Aziendas Públicas.

O Balanço Patrimonial, em conformidade com as NBCTSP, é composto por cinco grandes grupos, quais sejam:
Ativo e Passivo circulante; - Ativo e Passivo Não Circulante; e - Patrimônio Líquido.

5.1 – Ativo:

O Ativo do Município em 31/12/2018 totalizou um montante de R$ 16.547.505,76.

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, alcançou a soma de R$ 3.038.630,55; desse total, R$ 3.035.975,92 representam a conta caixa e equivalentes, representa 99,91% do Ativo Circulante.

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte, totalizou R$ 13.508.875,21, compreende também neste valor todo o imobilizado, a dívida ativa e outros créditos a cobrar a longo prazo.

Quanto ao Ativo Imobilizado ressalta-se que os critérios de avaliação se dá inicialmente pelo custo de aquisição, conforme preceitua o artigo 106, II, da lei nº 4.320/64, enquanto que os bens em inventário de regularização sofrerão atualização e terão como avaliação inicial, considerando o critério do "valor justo", equivalente ao preço de mercado, em decorrência das convergências às Normas Contábeis.
Os processos de depreciação foram realizados mensalmente conforme as normas contábeis vigentes.

Foram detectadas divergência de valores entre os valore do património registrado na contabilidade em confrontação o departamento de patrimônio, sendo que algumas divergências estão em análise e serão solucionadas em conferências ou auditorias posteriores e regularizadas no exercício subsequentes, devido a servidora responsável do departamento se encontrar em licença maternidade.

5.2 – Passivo e Patrimônio Líquido:

O total do Passivo é de R$ 683.380,68, correspondente as obrigações a pagar.

O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte; ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, independentemente do prazo de exigibilidade, somou R$ 683.380,68 e o Passivo Não Circulante não apresentou valores.

O Patrimônio Líquido totalizou o valor de R$ 15.864.126,08, sendo que o mesmo correspondente a todos os bens e direitos menos (deduzidas) as obrigações ou compromissos que envolvam valores a pagar.
As contas de ajustes de exercícios anteriores na forma consolidada, receberam lançamentos no montante de R$ 91.256,27,97 em decorrência de lançamentos para ajustes contábeis em contas patrimoniais.

Do Resultado Financeiro e Patrimonial

Para averiguar o resultado patrimonial, analisemos:
O Ativo financeiro disponível no exercício de 2018, totalizou o valor de R$ 3.035.975,92, dentro os quais encontram-se comprometidos em restos a pagar o montante de 473. 535,38, ou seja, obtemos um resultado geral de superávit financeiro no montante de 2.562.440,54, recursos que se encontram disponíveis no caixa (bancos) do Município. Ativo Patrimonial totalizou o valor de R$ 16.547.505,76; já o Passivo Financeiro perfez o montante de R$ 683.380,68 e o Patrimônio líquido (bens, direitos deduzidas as obrigações) R$ passou de R$ 15.060.607,42 para R$15.864.125,08 mostrando um aumento considerável no patrimônio Líquido do município.

Resumindo a análise consolidada, demonstramos um resultado positivo, tanto no financeiro quanto no permanente.

6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP - CONSOLIDADAS

As Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) demonstram os lançamentos realizados nos grupos 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) e demonstram as variações quantitativas no patrimônio da entidade. Dessa forma, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O total apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Em 2018 as variações patrimoniais aumentativas somaram R$ 22.404.021,66, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R$ 21.691.760,27.

O resultado patrimonial do exercício de 2018, comparando as variações aumentativas com as diminutivas, apresentaram um resultado positivo no valor de R$ 712.261,39, aumentando o patrimônio líquido da entidade.

7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC - CONSOLIDADA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC do Município de União do Oeste, apresentou ao final do exercício de 2018 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R$ 253.493,52
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial no valor de R$ 3.127.543,76
Caixa e Equivalente de Caixa Final no valor de R$ 3.035.975,92.

8 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL - CONSOLIDADO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Prefeitura Municipal de União do Oeste e seus órgãos e Unidades.

No exercício de 2018 a DMPL apresentou as seguintes movimentações:

Saldo inicial no valor de R$ 15.060.607,42
Ajustes de Exercícios Anteriores: - R$ 91.256,27 relativo aos ajustes de contas patrimoniais.
Resultado do Exercício R$ 712.261,39
Saldo Final do Exercício de 2018: R$ 15.864.125.08 o que represente um aumento no patrimônio Líquido do município.

9 – CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, visando evidenciar de forma mais clara e transparente os dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2018.

Analisando as informações é possível constatar que o Município mantém controle das finanças públicas, de modo que as despesas são inferiores às receitas, mantendo os cofres públicos com saldo positivo, e consequentemente com valores disponíveis para aplicação imediata em investimentos e novos programas para melhoria dos serviços colocados à disposição da população em geral.

ALEXANDRE M. MARTINELLI
Contador
CRC/SC nº 029207/O-1